



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**

## **ELITES POLÍTICAS**

**Na Assembleia Legislativa de Alagoas (2011 a 2014)**

**JANDERSON TEIXEIRA CARNAÚBA**

Maceió  
2016

**JANDERSON TEIXEIRA CARNAÚBA**

**ELITES POLÍTICAS**

**Na Assembleia Legislativa de Alagoas (2011 a 2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas – UFAL, sob orientação do Prof. Dr. Ranulfo Paranhos.

Maceió  
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**

Monografia de autoria de Janderson Teixeira Carnáuba, intitulada ELITES POLITICAS:  
Na Assembleia legislativa de Alagoas (2011 -2014), apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de  
Alagoas (UFAL), em 12 de fevereiro de 2016, defendida e aprovada pela banca  
examinadora abaixo assinada:

Banca Examinadora:

---

**Prof. Dr. Ranulfo Paranhos**  
Orientador (ICS/UFAL)

---

**Ms. Denisson da Silva Santos**  
Avaliador (UFMG)

---

**Prof. José Roberto Santos Lima**  
Avaliador (UFAL)

Maceió-AL  
2016

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, minha esposa,  
pelo incentivo, suporte e motivação dados à minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por mais essa vitória!

A minha família pelo apoio nos estudos.

Agradeço aos meus amigos e colegas de Universidade que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão do curso.

Agradeço ao meu orientador, Professor Ranulfo Paranhos, por gentilmente ter me ajudado e me guiado no decorrer deste trabalho, dando todo suporte necessário.

Obrigado também ao Denison Silva que contribuiu grandemente na elaboração do banco de dados.

A todos os professores que fizeram parte na minha formação acadêmica e que me proporcionaram muitos ensinamentos.

Enfim, um muito obrigado a todos que me apoiaram nessa etapa da minha vida.

## **Epígrafe**

O cidadão é apenas um produtor de elites políticas. “(...) significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo”.

Joseph A. Schumpeter

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo construir um índice de elite parlamentar, tomando como referência a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas na sua 17ª Legislatura (2011 a 2014). Esta pesquisa busca não somente analisar a formação e consolidação das elites políticas, mas contribuir para o entendimento sobre a formação da política alagoana, fornecendo elementos analíticos científicos que são importantes na compreensão e funcionamento do sistema político. Em termos metodológicos, utilizamos aqui uma pesquisa de caráter analítico-descritiva, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica especializada, bem como de uma análise descritiva de dados, estabelecendo critérios metodológicos capaz de mensurar e posicionar o parlamentar em um índice. Para atender ao desenho da pesquisa de mensurar e posicionar o parlamentar, construímos um banco de dados com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Onde foram utilizadas cinco dimensões de composição do índice de elite parlamentar: Dimensão Eleitoral, Legislativa, Senioroty Eleitoral, Senioroty cargos de Indicação e Tradição Política. Os resultados indicam que os cargos de deputados ocupados na Assembleia Legislativa de Alagoas, nas eleições 2010, estão distribuídos por políticos de diferentes regiões do Estado, onde dezesseis (16) parlamentares foram reeleitos, cada qual, representando uma liderança de sua região eleitoral, como dentro do próprio partido.

**Palavras-Chaves:** 1. Elites Políticas; 2. Parlamentares; 3. Assembleia Legislativa.

## ABSTRACT

The term paper has like goal to construct an index of parliamentary elite, using as reference to State Legislative Assembly of Alagoas in your 17<sup>th</sup> legislature (2011 a 2014). This research searches not only analyze the formation and consolidation of the politics elite, but to contribute to the knowledge about the formation Alagoas policy, providing analytical scientific elements that are important in the comprehension and in the acting from political system. In methodological terms, we developed a research, analytical and descriptive character, from a specialized bibliographic review, as well as descriptive analysis of data, establishing methodological criteria able of measuring and to position the congressman. To match type of the research of measuring and to position the congressman, we constructed a database with informations of the Superior Electoral Court. Five dimensions of composition of the parliamentary elite index were used: Electoral, Legislative, Electoral Seniority, indication place Seniority and Political Tradition. The results show that the congressmen who took ownership, in the Legislative Assembly of Alagoas, in elections 2010, they are of different regions State of Alagoas, where sixteen congressmen were reelected, each, represented for one leadership inside your electoral region, as well as inside your political party.

**Keywords:** 1. Politics Elite; 2. Congressmen; 3. Legislative Assembly.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### Siglas dos Partidos

<b>PMN</b>	Partido da Mobilização Nacional
<b>PT do B</b>	Partido Trabalhista do Brasil
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PRTB</b>	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
<b>PPS</b>	Partido Popular Socialista
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PRB</b>	Partido Republicano Brasileiro
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>DEM</b>	Democratas

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Dimensão Eleitoral (2010).....	40
Gráfico 2. Dimensão Legislativa (2011 – 2014).....	42
Gráfico 3. Composição da Dimensão Seniority Eleitoral.....	44
Gráfico 4. Composição da Dimensão Seniority Cargos de Indicação .....	46
Gráfico 5. Composição da Dimensão Tradição Política.....	48
Gráfico 6. Índice de Elitismo na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (2011-2014).....	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da Assembleia Legislativa – Eleições 2010.....	38
Tabela 2 – Composição da Dimensão Eleitoral.....	39
Tabela 3 - Composição da Dimensão Legislativa.....	41
Tabela 4 - Composição da Dimensão Seniority Eleitoral.....	43
Tabela 5 - Composição da Dimensão Seniority Cargos de Indicação.....	45
Tabela 6 - Composição da Dimensão Seniority Tradição Política.....	47
Tabela 7 – Scores Padronizados das Dimensões do Índice de Elitismo.....	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho de pesquisa.....	33
Quadro 2 – Índice de parlamentar.....	34
Quadro 3 – Composição de dimensão legislativo.....	35
Quadro 4 - Composição da dimensão seniority eleitoral .....	35
Quadro 5 – Composição de dimensão tradição política .....	36

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	133
CAPÍTULO 1.....	15
Revisão Teórica - Abordagem Elitista da Democracia.....	15
1.1 Clássica .....	155
1.2 Contemporânea .....	25
CAPÍTULO 2.....	333
Metodologia .....	333
CAPÍTULO 3.....	38
Resultados e Análises .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

## INTRODUÇÃO

É amplamente reconhecido tanto para estudiosos da política, como para pessoas que não se interessam muito pelo assunto, que a capacidade de tomar e impor decisões validas à maioria dos indivíduos na sociedade, concentra-se num círculo restrito de pessoas. Essa é uma característica elitista que algumas pessoas possuem ou adquirem, em função da posição que ocupam na sociedade, dos interesses que representam ou da reputação alcançada. A palavra elite se refere a determinados grupos de indivíduos que possuem uma posição “superior” nas mais variadas áreas da atividade humana.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) se preocupa em estudar as elites políticas Alagoanas nas eleições 2010. Mais precisamente o perfil dos deputados estaduais eleitos, a saber, que uma elite política reúne diferentes atributos e características, o essencial nesse estudo não é unicamente fornecer uma afirmação se o agente político pertence ou não à elite política, mais buscar estabelecer um critério metodológico capaz de mensurar e posicionar o parlamentar em um índice. Em outros termos, pretendemos responder à seguinte questão de pesquisa: Quem são as elites políticas, entre os parlamentares na Assembleia Legislativa de Alagoas (2010)?

Nas democracias contemporâneas a representação política é inevitável, a “escolha” de determinados indivíduos para tomar decisões em nome de seus eleitores é uma característica fundamental no processo democrático. A Assembleia Legislativa Alagoana apresenta na 17ª legislatura (2011-2014), 16 deputados que foram reeleitos, num total de 59,2%, mais da metade dos cargos disponíveis, ocupados pelos mesmos políticos da legislatura anterior.

Metodologicamente optamos por fazer inicialmente, uma revisão de literatura sobre o tema, elites políticas, combinado com a análise de dados de cinco indicadores, que fossem capazes de criar um Índice de elite parlamentar. O índice é composto por cinco dimensões, ou melhor cinco indicadores: (1) eleitoral; (2) legislativo; (3) *seniority* eleitoral; (4) *seniority* cargos de indicação; (5) tradição política da família. Os dados foram obtidos a partir das informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral.

Como justificativa, consideramos esse tipo de estudo como relevante para as Ciências Sociais, e para a Ciência Política em particular, pois contribui para um melhor entendimento sobre a formação e consolidação das elites, na política Alagoana. A

reflexão aqui apresentada fornece também elementos científicos que são importantes na compreensão e funcionamento do sistema político, estabelecendo e definindo padrões metodológicos para uma posterior reaplicação dos dados.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: No primeiro capítulo consta uma revisão teórica sobre o conceito clássico de elite política presente na literatura (MICHELS, 1954; MOSCA, 1954; PARETO, 1954), bem como análises críticas contemporâneas que abordam o referido assunto.

O segundo capítulo destaca os métodos e técnicas utilizados nessa pesquisa, explicando a metodologia utilizada para o alcance dos resultados, onde será descrito o tipo de estudo, o universo da pesquisa, recorte temporal e os principais procedimentos para sistematização e análise dos dados. No terceiro capítulo apresentaremos as análises sobre os parlamentares eleitos e o perfil político de cada deputado na Assembleia Legislativa de Alagoas nas eleições de 2010. Por fim, na última seção fazemos nossas considerações finais desse estudo, buscando responder a questão de pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 – Abordagem Elitista da Democracia**

Este capítulo apresenta através de uma forte corrente do pensamento político, denominada de teoria das elites, mas os pressupostos elitistas contemporâneos, as principais análises desenvolvidas por grandes estudiosos da Ciência Política. E o que suas teorias falam sobre a conquista e permanência de determinados indivíduos no poder.

### **1.1 Clássica**

A palavra elite engloba todos os indivíduos que possuem qualidades e dons naturais ou que por meio de seus esforços, se destacam dos demais, obtendo sucesso superior à maioria dos outros e possuindo mais poder, riqueza e prestígio. Podemos caracterizar elites políticas, elites econômicas, elites intelectuais, elites sindicais etc. Essas categorias reúnem as pessoas influentes em suas respectivas áreas, mas o que interessa neste trabalho são as elites políticas.

O estudo das elites políticas tornou-se predominante e é um dos mais importantes temas na teoria e na análise política desde o final do século XIX. O elitismo, como também é chamado o estudo da teoria das elites, pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado que deterá os cargos de poder.

A Teoria das Elites foi exposta inicialmente pelos estudos de Gaetano Mosca com sua doutrina da classe política; Vilfredo Pareto com sua teoria da "circulação das elites" e Robert Michels com sua concepção da "lei de ferro da oligarquia". Algo que unifica o pensamento desses três autores, são as análises negativas das massas, onde as multidões não possuem competência para a atividade política.

Na teoria elitista, o poder é distribuído de forma desigual na sociedade, onde um pequeno grupo de indivíduos governa e os demais indivíduos, a massa, são governados. Interessados em saber e explicar como realmente funcionava a política, Mosca, Pareto e Michels, dedicaram um grande esforço para fazer da análise política, uma análise científica (HOLLANDA, 2011, p. 10).

Os autores elitistas afirmam que o povo não tem condições de decidir seu próprio destino, ao contrário do que é afirmado pela doutrina clássica da democracia que prega a ideia de governo da maioria em busca do bem comum. Os elitistas afirmam que o povo é uma massa que é dirigida e modelada de acordo com a elite dirigente. O povo decide

apenas aparentemente, mas quem possui realmente o poder decisório são poucas pessoas, é a classe política dirigente, de acordo com Mosca, ou a oligarquia, de acordo com Michels (PERISSINOTTO, 2009, p. 84).

Após a Segunda Guerra Mundial, o estudo da teoria democrática contemporânea foi decisivamente influenciado pelas concepções de democracia de Joseph Schumpeter. A concepção de democracia elaborada por Schumpeter parte de uma crítica à doutrina clássica de democracia, onde o povo é visto como elemento central, concebido e capaz de produzir uma vontade coletiva (SCHUMPETER, 1984, p. 336). E assim, ancorado na noção de soberania popular de governo do povo, para o povo e pelo povo.

A concepção clássica de democracia se refere à tradição da democracia de assembleia ou democracia direta, que tem como princípio, a ideia de que soberania popular não se delega a ninguém. É a essa concepção que se contrapõe Schumpeter, nas sociedades modernas, mais populosas e bem mais complexas, a democracia direta não tem sentido, nem existe possibilidades de reunir todos os indivíduos, para discutir assuntos políticos.

Sua principal crítica à teoria clássica de democracia é a de que o papel central da participação e da tomada de decisão parte do povo, como propôs Rousseau no *Contrato Social* quando apresenta a defesa da teoria da democracia direta. Para Schumpeter (1984) o processo de surgimento e consolidação das novas sociedades foi acompanhado por modificações na teoria da democracia, na qual foi necessário incorporar o processo de representação, onde o povo não mais participaria diretamente das decisões, mais constituiria uma representação.

Será apresentado a seguir, as principais ideias desenvolvidas pelos autores elitistas em seus estudos políticos. Como também serão abordados os elementos do modelo de democracia baseado nos pressupostos elitistas elaborado por Joseph Schumpeter.

### **Gaetano Mosca**

Mosca foi o primeiro a formular o que hoje é considerado como teoria clássica do elitismo. Foi também o primeiro autor a elaborar uma interpretação de elite dirigente, fenômeno político considerado referência do elitismo clássico para os estudiosos posteriores que tiveram interesse no mesmo tema.



Como toda ciência nasce de um sistema de observações, então segundo Mosca (1954), a Ciência Política deve se basear em um estudo dos fatos, e esses fatos devem ser fornecidos pela história. O método histórico é o método comparativo, para aplicá-lo é necessário elaborar análises a partir da observação dos variados grupos e organismos políticos, em diferentes épocas da história e em vários tipos de observações, para depois produzir uma generalização científica embasada na análise de uma série de casos particulares.

Através do método histórico, Mosca (1954) buscou identificar cientificamente, as mais significativas regularidades que estavam presentes nas sociedades ao longo do tempo. Essas regularidades poderiam ser tratadas como leis científicas, e as análises das sociedades ao longo da história, lhe permitiu constatar a existência de um fato que se repetia em todas as sociedades estudadas. Segundo Perissinotto (2009)

Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidencia se impõe facilmente a qualquer observador: Em “todas as sociedades”, começando pelas medianamente desenvolvidas [...] até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: A dos governantes e a dos governados (PERISSINOTTO, 2009, p. 25).

Esse foi um fator fundamental da teoria das elites: a verificação de uma lei histórica que divide os homens em todas as sociedades entre governantes e governados. Os governantes são chamados por Mosca (1954) de classe política ou classe dirigente, já os governados são chamados de “massas”. A classe dos governantes é sempre menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, detém o monopólio do poder e desfruta das vantagens ligadas à política, a classe dos governados é mais numerosa, é dirigida e são reguladas pela classe dos governantes.

A classe política conduz as sociedades, enquanto as massas são conduzidas. A classe política é uma minoria organizada que monopoliza os recursos de poder e os utiliza em benefício próprio, exerce não só as funções políticas de governo, como controlam vários recursos sociais (econômicos, religiosos, etc.) que podem ser usados para influenciar as decisões políticas. A classe dos governados, são “dominados”, porque não tem a posse dos meios de governo e também pelo fato de serem uma maioria desorganizada.

São os interesses em comum que, segundo Mosca (1954), fazem com que os membros da classe dominante, obedeçam a um impulso e produzam uma ação coordenada. A simples condição de minoria não seria suficiente, um grupo para dominar, além de ser minoria precisa também ter interesses em comum, pois esse fator gera motivação para agir coletivamente e impor o seu domínio sobre outros grupos.

As classes políticas tendem a lutar pela manutenção do seu monopólio sobre o poder político. Sendo fechado o acesso à classe política, restringindo-se a participação a membros desse grupo. Para Mosca (1954) as mudanças sociais estão sempre ligadas a mudanças nas fontes de poder, ou seja, mudanças na fonte de poder geram mudanças nas classes políticas. Quando uma classe dominante cai, automaticamente surge uma nova classe que ocupará seu lugar, consolidando seu poder e instaurando um novo ciclo. Na história da humanidade há uma tendência das classes dominantes de monopolizar as forças políticas e transmitirem sua posse a seus filhos de forma hereditária.

Uma classe política justifica o seu poder procurando dar a classe dominada uma base moral e legal, apresentando-o como consequência necessária de doutrinas e crenças geralmente reconhecidas e aceitas na sociedade comandada por essa classe. Mosca (1954) introduz a Ciência Política o tema da legitimidade, como forma de dominação, ele identifica esse atributo (a legitimidade) necessário a qualquer forma de dominação, isto é a justificação, que o mesmo chama de fórmula política.

Fórmula é sempre um princípio de justificação do poder e não pode ser tomada como verdade científica. A própria ideia de soberania popular é uma fórmula política, ou seja, trata-se de um princípio de justificativa do poder característico das sociedades democráticas. As fórmulas políticas se baseiam tanto em um argumento religioso, quanto em um princípio racional, assim tanto a origem divina do poder, como a soberania popular é uma ilusão. Não importam se os princípios de justificação são verdadeiros ou não, mas sim se eles são socialmente partilhados pelos indivíduos e se acreditam neles.

Portanto, para Mosca, em todas as sociedades humanas existe uma minoria de homens que controlam os bens que são valorizados pela sociedade e essa minoria por partilharem a maior parte de seus interesses, conseguem se organizar e impor sua vontade à maioria desorganizada, conseguindo justificar o seu domínio e conquistando a submissão dos dominados.

## **Vilfredo Pareto**

Pareto (1954) dá continuidade ao pensamento de Mosca (1954) sobre o fenômeno político, analisando a predominância das elites na direção dos governos, onde apreende a ideia de elite política e desenvolve a teoria da circulação de classes ou circulação de elites, em seus estudos. Ele considera que na política os homens agem motivados por sentimentos e valores, havendo uma distinção entre verdade e utilidade.

A verdade é revelada pela ciência, mas segundo Pareto (1954), nem tudo o que é verdade contribui para o equilíbrio social, já as crenças e valores que os homens utilizam para orientar a sua conduta social e política podem ser cientificamente falsos, mas ao mesmo tempo socialmente úteis, pois garantem a reprodução das interações entre os homens e também a coesão da sociedade.

As ações humanas apresentam certas uniformidades e é esse fato que pode ser objeto de um estudo científico. Essas uniformidades, Pareto classifica como “leis”, onde o mesmo preocupa-se em saber como o equilíbrio de uma sociedade se mantém ao longo do tempo e assim a sua reprodução.

Segundo Pareto, as teorias ou derivações (termo que ele utiliza), podem ser estudadas a partir de três aspectos: o primeiro pelo seu valor objetivo, o segundo pelo seu valor subjetivo e o terceiro pela sua utilidade social. O aspecto objetivo significa estudar as derivações (teorias) a partir da sua correspondência com o mundo da experiência, e estudar as derivações do ponto de vista dos seus aspectos subjetivos significa analisá-los a partir dos motivos que levam um indivíduo a propor uma teoria e dos motivos que os levam a aceitá-la. Pareto (1954) acredita que os homens aceitam uma teoria em função dos sentimentos que ela gera.

O aspecto da utilidade social se refere à contribuição de uma determinada teoria para manutenção da ordem social. Ele diferencia verdade de utilidade e usa como exemplo a concepção de democracia que usualmente é definida como governo em que o povo governa diretamente. Nesse sentido essa concepção é falsa cientificamente, mas útil socialmente, na medida em que ela induz os cidadãos, a acreditarem numa suposta igualdade política, e assim aceitarem a ordem vigente. No entanto ele alerta que se analisarmos atentamente aos fatos, perceberemos que mesmo nas democracias mais avançadas, o povo jamais governa diretamente.

Portanto a teoria da soberania popular, nesse sentido, está longe de ser científica, mas é socialmente útil porque leva os homens a acreditarem que são politicamente iguais entre si, e que participam do governo em condições de igualdade. A doutrina democrática é um discurso teórico que descreve a participação de todos no poder político, quando o que acontece de fato é a submissão política da imensa maioria das pessoas a uma minoria governante.

Pareto (1954) faz a seguinte afirmação

É fato que a sociedade humana não é homogênea, que os homens são diferentes, física, moral e intelectualmente. Tal desigualdade é inata e insuperável, ele divide a sociedade em dois estratos, isto é, um estrato superior e um estrato inferior. Em cada ramo da atividade humana existem aqueles indivíduos que obtêm o melhor desempenho, os que desenvolvem um desempenho mediano e os que quase sempre fracassam (PARETO, 1954, p. 74).

Os estratos superiores são chamados de elite ou classe eleita, formada por aqueles indivíduos que tem os mais elevados índices nas suas respectivas atividades. No interior dessa elite, se estabelece uma divisão entre *elite governante* e *elite não governante*. A *elite não governante* são os indivíduos que embora sejam os melhores na sua atividade, não exercem o comando político.

A classe eleita governante é formada por aqueles que direta ou indiretamente, participam de modo considerável do governo. A elite política na concepção de Pareto (1954), não é formada apenas por aqueles que participam diretamente do governo, mas também por aqueles que conseguem também influenciá-lo, graças aos importantes recursos sociais que controlam, como o dinheiro, cultura, religião, etc. Fora da elite, e abaixo dela, existe a não elite, onde se encontra a massa inferior dos comandados.

Uma classe governante não se faz apenas pela via da vocação inata para o mando político, segundo Pareto alguns indivíduos podem chegar a essa posição de mando por meio do que ele denomina de hereditariedade, ou seja, por meio da influência política das famílias que além de cargos políticos, controlam riquezas e possuem influencia na sociedade.

Para superar a degeneração e a instabilidade política causada pela hereditariedade é preciso que ocorra a circulação das elites, onde as camadas políticas superiores recebam um fluxo de indivíduos vindos das classes inferiores e sintam-se motivados a usarem a força a fim de restaurar a ordem. A ascensão dos melhores

indivíduos vindos de classes inferiores deve acontecer para que se restaure a qualidade política e, por conseguinte o equilíbrio social.

### **Robert Michels**

Os estudos de Michels (1954,1982) aparecem posteriormente ao de Mosca (1954) e Pareto (1954), em sua obra mais famosa, “Sociologia dos partidos políticos”, que analisa o processo de organização de um dos mais importantes partidos socialistas da sua época, o Partido Social-Democrata na Alemanha, mostrando os fatores determinantes organizacionais que levam a uma inevitável divisão entre uma minoria de governantes, e uma maioria de governados.

Para Michels (1982) as organizações não são instrumentos a serviço de grupos sociais, mas ao contrário, quando uma organização se forma e consegue se consolidar, ela começa a gerar interesses próprios acabando por se sobrepor aos interesses da maioria, que ela deveria representar. Ele identifica duas razões principais que explicariam porque no interior das organizações, mesmo as radicalmente democráticas, sempre acontecem à formação de minorias, as oligarquias, que acabam dominando a maioria.

A primeira razão é de ordem técnica e de superioridade intelectual, e a segunda razão de ordem psicológica, onde ele explica a necessidade que as massas têm de se submeterem aos chefes. Michels (1982) considera a democracia um regime inviável, por razões de ordem técnica, não havendo tempo nem espaço para a participação direta das massas nas decisões políticas.

No início da formação de organizações operárias, quase sempre impera o princípio democrático da consulta às massas. Depois, à medida que as tarefas da organização se complicam, não é mais possível consultar as massas a todo instante e nem tampouco as massas possuem competência para avaliar as decisões feitas pelos seus representantes. A complexidade das tarefas passa a exigir conhecimentos que os indivíduos comuns não possuem. Junto aos delegados aparecem então os técnicos e profissionais capacitados em diversas áreas, como Economia, Direito, leis trabalhistas, etc. surgindo assim uma “elite operária” que passa a tomar todas as decisões.

Segundo Michels (1982), surge então uma lei sociológica, onde a especialização de funções é consequência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa. O

poder de decisão é pouco a pouco retirado das massas e monopolizado pela minoria de delegados e especialistas.

Qualquer organização solidamente constituída, que se trate de um Estado democrático, de um partido político ou de uma liga de resistência proletária, oferece um terreno eminentemente favorável à diferenciação dos órgãos e funções. Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, isto é, quanto mais aumenta o número de seus membros, seus recursos financeiros e a imprensa que a serve, mais o governo direto da massa perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente dos comitês (PERISSINOTTO, 2009, p. 89).

Para Michels (1982) o processo de diferenciação entre a minoria e a maioria não é fruto de nenhuma superioridade inata, como defende Pareto (1954), mas sim de determinantes organizacionais bem concretos. Os homens não nascem superiores, alguns deles se tornam superiores em função das próprias exigências organizacionais e a crescente complexidade das tarefas e funções organizacionais, conduzem as oligarquias a uma posição de superioridade intelectual, contraposta a uma incompetência formal e real das massas.

A multidão não se interessa por assuntos sérios, os membros das massas possuem uma apatia em relação à política, por discussões teóricas e partidárias, elas desejam ser dirigidas, preferindo que algumas poucas pessoas se ocupem das questões mais serias.

A necessidade de serem dirigidas e guiadas é muito forte entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. E essa necessidade vem acompanhada de um verdadeiro culto aos chefes, que são considerados como heróis. Essa qualidade comum a todas as classes, inclusive ao proletariado, constitui um terreno psicológico dos mais favoráveis para a eclosão de uma poderosa hegemonia dirigente (Perissinotto, 2009, p. 94).

Assim como Mosca (1954) e Pareto (1954), Michels (1982) tem uma visão bastante negativa das massas, ele considera que não só as necessidades técnicas organizacionais inviabilizam a democracia entendida como autogoverno, mas também a incapacidade psicológica das massas para o exercício de funções rotineiras. Quando os partidos começam a realmente funcionar, os interesses centrais a serem atendidos não são mais aqueles que deram origem ao surgimento do partido, mas sim os interesses da própria organização e de sua oligarquia.

Os chefes que recebem da organização que controlam, renda, poder e prestígio, não desejam mais seguir uma política que coloque em risco seus privilégios. Dando continuidade à teoria elitista de Mosca e Pareto, Michels descreve o processo histórico fundamentalmente voltado para uma eterna circulação das elites, da mesma forma que é inevitável o processo de formação de oligarquias, é também o seu processo de decadência, quando então são substituídas por novas minorias dominantes.

Os chefes, ao conquistarem o poder dentro da organização, vão conquistando conhecimentos e habilidades que não estão ao alcance dos “homens comum”, e ao mesmo tempo, acumulando poder para tomarem decisões sozinhos e defenderem assim seus próprios interesses. Desse modo ocorre a inevitável formação e consolidação das oligarquias partidárias, que ele denomina de lei de ferro das oligarquias.

### **Joseph Schumpeter**

A teoria clássica da democracia é muito criticada por Schumpeter, através dela são lançados contrapontos onde ele desenvolve uma nova teoria de democracia, que busca ser científica e empírica, totalmente assentada nos fatos reais da vida política. A influência da teoria democrática de Schumpeter não se restringe apenas à teoria da democracia, ela passou a ocupar um lugar importante na disciplina de Ciência Política.

Schumpeter (1984) analisa o que define como sendo as bases do elitismo democrático contemporâneo, elaborando os pressupostos para uma devida aceitabilidade da teoria elitista e reformulando o que, para ele, seria o conceito de democracia. A obra mais importante de Schumpeter sobre a democracia contemporânea é, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942. Essa obra é antes de tudo uma dura crítica ao que chama de “teoria clássica”, que não encontra nenhum fundamento na realidade das sociedades contemporâneas, apresentando uma nova visão da relação existente entre dois fatores, em primeiro lugar a democracia e em segundo lugar a participação política popular.

A teoria clássica da democracia defende a seguinte concepção: "o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe à vontade" (SCHUMPETER, 1984, p. 313).

Mas para Schumpeter (1984) a realidade é outra, bem diferente, o eleitor não tem o conhecimento para a tomada de decisões políticas. Seu estoque de conhecimento e informações é limitado, restringindo-se a vida diária e a sua realidade. O senso de realidade do eleitor é limitado às relações de familiaridade e responsabilidade, e mais, a política para o homem comum é,

Decisões da vida diária que se inserem no estreito campo que a mente individual do cidadão alcança com um senso pleno de sua realidade. De maneira geral, tal campo consiste nas coisas que diretamente se referem a ele, sua família, seus negócios, seus passatempos, seus amigos e inimigos, sua cidade ou bairro, sua classe, igreja, sindicato... as coisas sob sua observação pessoal, as coisas que lhe são familiares, independentemente que os jornais lhes diz, que ele pode influenciar ou dirigir diretamente e pelas quais ele desenvolve um tipo de responsabilidade induzida por relação direta com os efeitos favoráveis ou desfavoráveis de determinado curso de ação (SCHUMPETER, 1984, p. 323 e 324).

Para Schumpeter (1984) não se pode pensar em soberania popular como sendo um posicionamento racional pela população ou por cada indivíduo acerca de determinada questão. Segundo o mesmo, os indivíduos na política cedem a impulsos irracionais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões. A democracia moderna deixa de ser uma forma de poder delegado pelo povo e converte-se ao contrário, em uma forma de poder exercido por políticos profissionais sobre o povo, em que alguns desses governantes são periodicamente trocados pelo mecanismo da eleição.

Os eleitores podem se recusar a eleger certos políticos como representantes das suas próprias escolhas, mas estão sempre na dependência de um conjunto muito restrito de candidatos, e só podem se basear em suposições sobre as escolhas que eles por sua vez, poderão fazer. Uma eleição não é a pura expressão da vontade do povo, como a maioria dos indivíduos sem informação pensa, mas uma escolha entre um pequeno conjunto de organizações, isto é, os partidos políticos.

O objetivo dos partidos políticos é sempre a obtenção de votos numa eleição para cargos públicos. A democracia representativa permite o governo de um partido legitimado pelo voto popular, mas esse voto pode representar as escolhas de uma minoria do eleitorado ativo. Os partidos por estarem periodicamente sujeitos a disputas eleitoras, tendem a buscar apoio de grupos selecionados, o que é um dos principais e mais eficazes canais de influência política.



A compreensão de democracia para Schumpeter não é a de que supõe representantes diretamente vinculados ao povo, mas sim, uma democracia constituída por elites políticas, com diferentes estratégias de captura de voto, em disputa pelo poder e referidas aos interesses dos eleitores apenas na medida do seu próprio interesse. As elites induzem as escolhas do povo, e os partidos políticos não reúnem indivíduos movidos por uma ideia compartilhada de bem comum.

## **1.2 Contemporânea**

O poder político, mais que um assunto central na Ciência Política contemporânea, foi o foco de estudiosos como Aristóteles, na Idade Antiga, e Maquiavel, na Idade Moderna. E ainda hoje ele é muito estudado para contribuir com as reflexões sobre as elites políticas e as instituições democráticas contemporâneas. A discussão sobre elites políticas é bastante ampla, onde o volume e a diversidade de estudos mostram o interesse que o tema desperta.

Há um consenso entre os estudiosos da política, parlamentares e até mesmo leigos, segundo o qual, no interior do poder legislativo, a capacidade de tomar e impor decisões válidas a todos os membros de uma instituição, concentra-se em um círculo restrito de pessoas. Para Messenberg (2002), essa característica elitista do parlamento não é um fenômeno natural, mas resultado de um processo em que se estabelecem critérios seletivos, mediante os quais se opera o recrutamento de determinados parlamentares para a ocupação de “espaços de poder”.

Nos dias atuais podemos pensar o Congresso Nacional como uma organização social em que Deputados e Senadores são a sociedade. O Poder Legislativo, segundo o Art. 44 da Constituição Federal de 1988 é exercido pelo Congresso Nacional, que cumpre papel importante perante a sociedade do país, visto que desempenha três funções primordiais para consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos (BRASIL. Constituição, 1988).

O processo legislativo no Brasil é dividido em duas Casas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A Câmara é composta por 513 deputados, eleitos a cada quatro anos, e o Senado é composto por 81 senadores, de mandato de oito anos, havendo renovação de um terço, e dois terços a cada quatro anos.

Dentro da Câmara dos Deputados, os 513 parlamentares se organizam nos seus espaços institucionais. Os deputados são preenchidos de atividades legislativas que lhes são distribuídas periodicamente. Segundo Pinto (2009), “compete a cada Casa dispor sobre sua organização, devendo cada uma eleger os respectivos Presidente e demais membros da Mesa em reunião plenária preparatória a realizar-se em 1º de fevereiro do primeiro e do terceiro anos legislativos” (2009, p. 86).

Ao tratar das competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: o primeiro, o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo Federal; o segundo, o das atribuições das Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), quando atuam separadamente. E o terceiro, o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os Deputados Federais e os Senadores (embora votem separadamente).

Entre os parlamentares surgem lideranças que dirigem os trabalhos das Casas do Congresso, como representantes da maioria, que delegam suas vontades a pessoas com capacidade e credibilidade de representa-las. Essas lideranças constituem uma minoria chamada de elite e seu objetivo é permanecer quanto mais tempo puder com o poder de influenciar as principais decisões do coletivo.

É a minoritária elite política que é detentora do poder, eles são os indivíduos que tomam as decisões mais importantes e que norteiam os rumos políticos do país. O processo legislativo reflete a organização social, a forma de governo, e as principais características das Instituições Políticas de uma época.

De acordo com Moraes (2008), o processo legislativo é um conjunto de ações e procedimentos que levam à elaboração de normas jurídicas. Ele é ordenado e limitado por regras constitucionais e regimentais e, mais do que um processo burocrático, técnico ou legal, de formular leis e políticas públicas, é um campo político, constituído pelo Poder Legislativo, em que atuam forças representativas da sociedade, que buscam a efetivação de seus interesses. São regras que acabam por traduzir, por exemplo, as relações entre o Executivo e o Legislativo de um país, e assim onde está alocada a maior parte do poder político de uma sociedade.

Segundo Lasswell (1979), poder é a participação no processo decisório, pois este processo é restrito àqueles que possuem atributos específicos. Para Bobbio (2007), poder

é entendido como a capacidade de influenciar o comportamento dos outros, visando algo que se deseja.

No Congresso Nacional, o poder político é distribuído entre os parlamentares e a capacidade de influenciar o processo decisório é concentrada em um grupo de pessoas que constituem a elite parlamentar. Esses parlamentares são aqueles que atuam decisivamente sobre o andamento dos trabalhos, sobre a elaboração da agenda legislativa e que representam interesses organizados da sociedade brasileira ou de partidos políticos relevantes. (ARKO ADVICE, 2007).

A figura do líder partidário exerce função decisiva no parlamento. É um dos principais cargos institucional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ao lado da Mesa diretora. Os líderes partidários têm a competência para dar celeridade ao processo decisório no Congresso Nacional.

Os líderes possuem o poder de selecionar e levar para o centro do debate da Casa Legislativa algumas pautas em detrimento de outras. Logo, os líderes podem se distanciar, ao longo de seus mandatos, dos princípios de uma grande coletividade, se atendo, diante da sua capacidade de seleção, a assuntos de determinados grupos internos em detrimento de outros.

Para Weber (1999, p.32), poder “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Segundo o autor, quando se chega a um resultado de que há uma imposição da vontade de um grupo sobre o outro, tem-se uma dominação. Há três tipos de dominação citadas por Weber (1999), que são: a de caráter legal, baseada na legitimidade formal dentro de um ordenamento jurídico; a de caráter tradicional, baseada na crença e nos costumes da sociedade, e por fim, a de caráter carismático baseado em tipos de veneração de perfil exemplar considerado numa ordem social.

A legitimidade do poder nas instituições políticas modernas apresenta esses tipos de dominação colocados por Weber. Onde o político ao assumir o poder, instituído de forma legal, faz uso de caráter carismático ou tradicional para se manter no poder, ou para alcançar postos de decisão dentro da instituição que pertence. Weber (2003), analisa sobre o surgimento dos “políticos profissionais” dos estados democráticos modernos, dando ênfase à experiência, que tem pôr fim a capacidade do político para dominar com sabedoria temas e situações ao longo do tempo.

Dentro do Poder Legislativo, na Câmara dos Deputados, ou nas Assembleias Legislativas em todo país, os indivíduos que compõem a elite governante possuem e desenvolvem atributos que são necessários para se manterem no poder. Um parlamentar habilidoso precisa somar ao seu potencial um cargo formal que o permita influenciar as principais decisões do processo legislativo.

Tomando como referência o Congresso Nacional brasileiro, cabe admitir que a ascensão de um parlamentar à elite encontra-se relacionada a certos condicionantes, que podem ser atendidos de modo parcial ou total, correspondendo principalmente aos seguintes elementos: ocupação de postos-chaves do poder Legislativo, representação de interesses sociais e institucionais organizados e posse individual de faculdades “especiais”, reconhecidas entre os membros dessa comunidade como próprias de um líder. Membros da elite parlamentar são aqueles com grau variado de importância: negociam com o Executivo, representam grupos de pressão, operam na busca do consenso e influenciam nas decisões do Executivo ou deixam sua marca no processo deliberativo do Congresso Nacional (ARKO ADVICE, 2007).

A divisão dos cargos institucionais na câmara dos deputados pressupõe, no entanto, uma hierarquia. Os cargos previstos no regimento interno, dentro do princípio da proporcionalidade partidária, são preenchidos conforme o poder de influência de alguns, que advém de fatores externos a casa, mas se tornam formalizados nas regras internas. O principal poder formal da Casa está concentrado na Mesa Diretora, que comanda os trabalhos legislativos e os serviços administrativos, sendo composta de Presidência e Secretaria.

As Mesas da Câmara dos deputados e do Senado sempre exerceram funções eminentemente administrativas. (...) As funções propriamente políticas, pelo menos desde a promulgação da constituição de 1946, tem sido exercido, no interior da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiros e ao lado dos respectivos Presidentes, os líderes partidários. Com efeito, pode-se dizer que a partir de então, muito mais no período de 1946-1964 do que nos dois subsequentes, as atividades propriamente políticas têm estado centralizadas nas mãos dos Presidentes e dos líderes partidários (PINTO, 2009, p. 180-181).

Segundo Messenberg (2002), a elite parlamentar é composta por aqueles que se destacam dos demais membros do Congresso Nacional em função das posições que ocupam, dos interesses que representam ou da reputação alcançada. Possuindo uma força política que pode ser atribuída às suas respectivas histórias, às características do partido,

às realidades locais de suas bases eleitorais, às suas qualidades pessoais e aos espaços institucionais que ocupam em cada casa.

A autora destaca outros fatores que também são muito importantes para pertencer à elite. São eles: a capacidade de articulação, o saber especializado, a experiência política, o poder de oratória e a representação de determinados interesses. As lideranças políticas dentro do parlamento emergem por razões que lhe são próprias, como a capacidade especial de cada líder, e também pela estrutura da instituição, que favorece o surgimento desses líderes e, não menos importante, a manutenção deles na liderança dos processos decisórios.

A ocupação de cargos importantes na estrutura organizacional do CN é também uma das principais vias que possibilitam a ascensão de certos Congressistas à elite do Parlamento brasileiro. Entre esses postos, destacam-se aqueles que compõem as mesas da Câmara e do Senado, especialmente as Presidências e as Primeiras Secretarias, as lideranças partidárias e os cargos chaves nas comissões permanentes, especiais e parlamentares de inquérito (MESSENERG, 2002, p. 79).

A identificação dos integrantes da elite parlamentar como lideranças não acontece sem razão. Em condições normais, tais lideranças influenciam o comportamento de outros parlamentares, assumindo, momentaneamente de acordo com o caso e o tipo de inserção na elite, o papel de líderes de blocos de votos no processo deliberativo do Poder Legislativo (ARKO ADVICE, 2007).

Para Messenberg (2002), os cargos formais dentro do Congresso Nacional são fundamentais para a efetivação de uma atuação parlamentar que se destaque, influencie o processo legislativo e faça parte da elite do Congresso, pois na maioria das vezes, as características individuais dos parlamentares não são suficientes para que eles tenham força política legitimada entre os pares, de modo a interferir no processo legislativo e nos posicionamentos de seus colegas.

A autora considera que: tomadas isoladamente, as presidências das Mesas Diretoras são as posições de mais importância do parlamento. A presidência constitui-se do Presidente e de dois Vice-Presidentes e a secretaria de quatro secretários. O mandato dos membros da Mesa é de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

No processo de escolha, a cada dois anos, dos parlamentares a ocupar os cargos de Presidente de cada Casa do Congresso Nacional, o Governo muito participa. Interessa ao governo ter parlamentares de sua confiança, que cumpram uma agenda governista nos postos de direção do parlamento. Os regimentos internos da Câmara e do Senado conferem enormes poderes aos seus presidentes, sendo uma grande oportunidade para governabilidade do Executivo, ter a frente do Poder Legislativo deputados e senadores que sigam a agenda do governo.

Segundo Pinto (2009), os vice-presidentes são os responsáveis por substituir o Presidente em suas ausências ou quando foram impedidos. Os secretários possuem designação de primeiro, segundo, terceiro e quarto, cabendo ao primeiro ser responsável pelos serviços administrativos da Câmara. As competências de cada Secretário estão definidas em atos e portarias internas da Casa, que designam atribuições como o controle de requisição de passagens aéreas, justificativa de faltas de parlamentares, controle sobre os apartamentos funcionais, verbas indenizatórias, entre outras,

Ainda segundo o autor, os líderes partidários são fundamentais para a atividade legislativa, já que eles são porta-vozes de suas bancadas nas discussões e deliberações em plenário. Além disso, eles possuem o “poder” político de indicar à Mesa os parlamentares de sua bancada que irão compor as comissões, podendo substituí-los a qualquer tempo, sendo isto uma importante maneira de ter sob controle o comportamento de seus pares.

Ainda outras prerrogativas foram atribuídas aos líderes partidários e de bloco da Câmara no atual regime, como a de registrar os candidatos aos cargos da Mesa, e de encaminhar as votações e a de requerer sua verificação, tanto nas comissões como no Plenário (PINTO, 2009, p.92).

Nas comissões os líderes possuem a prerrogativa de indicar os parlamentares à presidência e vice, encaminhar as deliberações e pedir verificação de quórum para validar uma determinada votação. A escolha de um líder, em geral, é feita por acordo nas bancadas, mas não havendo acordo se dá pela maioria absoluta dos integrantes de cada bancada.

As comissões cabem à iniciativa de proposições legislativas, como projetos de lei, convocar ministro de Estado para prestar informações sobre assuntos pertencentes a suas atribuições e discutir e votar projetos de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário. As comissões possuem um caráter técnico ou especializado que preparam as matérias, amadurecem os assuntos, e recebem a sociedade civil para audiências públicas e debates.

Cabe às comissões, entretanto, papel de “gerar informações e reduzir as incertezas no processo legislativo” (CINTRA & LACOMBE, 2007, p.173). Elas enriquecem as discussões e subsidiam os parlamentares com informações relevantes para quando a matéria for ao Plenário. Isso também beneficia os próprios parlamentares, ao permitir-lhes “maior produtividade para suas bases, por atuarem em uma área de seu conhecimento, constituindo a maneira mais efetiva de se tornarem conhecidos entre as autoridades governamentais” (CINTRA & LACOMBE, 2007, p.173).

Para Pinto (2009), das atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados se destacam a de decidir as questões de ordem e a de designar a ordem do dia das reuniões plenárias. Essas atribuições de convocar as sessões plenárias e de elaboração da pauta do dia são importantes para manter o poder político dentro da Casa.

Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado sempre foram poderosos. Pelo menos desde o alvor da República, eles têm monocraticamente designado a ordem do dia das reuniões e, a partir de 1946, eles têm decidido questões de ordem levantadas em plenário e os recursos interpostos contra as decisões dos presidentes das comissões (PINTO, 2009, p. 179).

Vários fatores influenciam o comportamento dos parlamentares, no Congresso Nacional. De acordo com Pinto (2009), entre os fatores é apontado a opinião pública e os formadores de opinião, a imprensa, a base eleitoral, os interesses dos financiadores de campanha, o relacionamento do congressista com os governos (municipal, estadual e federal) e a ação dos “lobbies” públicos e privados. Como fatores internos de influência, é apontado as lideranças partidárias, a autoridade hierárquica da Mesa e das comissões, as lideranças técnicas exercidas pelos relatores e as lideranças informais.

É com os líderes dos partidos que o Poder Executivo muitas vezes planeja e quase sempre executa as diretrizes do governo federal, discutindo projetos antes de serem enviados ao Congresso. O líder partidário é peça fundamental para que os “desejos” do governo possam funcionar satisfatoriamente. O cargo de líder partidário é muito desejado pelos deputados, devido ao poder que concentra e pela grande visibilidade que dá ao seu detentor.

Figueiredo e Limongi (2006, p. 255) reconhecem que “o Congresso atual é altamente centralizado. A distribuição de direitos e recursos parlamentares é extremamente favorável aos líderes partidários”. Ao lado dos membros da Mesa da

Câmara e dos presidentes das comissões permanentes, os líderes ocupam as posições mais estratégicas e influentes da Casa.

A influência dos líderes é decorrente principalmente do grande número de atribuições previstas no Regimento Interno. Para Cintra e Lacombe (2007, p.149), “o papel do líder é crucial na atividade legislativa...”. Destacam os referidos autores que um dos aspectos mais importantes dessa força está contido no art. 155 do Regimento Interno, que trata do regime de tramitação conhecido como urgência urgentíssima. Segundo o dispositivo, esse requerimento, subscrito pela maioria absoluta dos deputados, ou de líderes que representam esse número, pode ser apresentado, e caso aprovado também por maioria absoluta, permite que a proposição objeto de requerimento seja imediatamente apreciada pelo plenário da Câmara.

Ao líder também compete fazer a comunicação de liderança, o direito de usar a palavra a qualquer momento da sessão. Como durante a sessão da Câmara são poucos os momentos em que um deputado pode usar a palavra, essa atribuição faz com que o líder ganhe projeção quando ele mesmo faz o pronunciamento e também com que seja muito demandado pelos deputados da bancada para poderem discursar.

Conhecedora da influência que os líderes partidários possuem sobre as respectivas bancadas, a sociedade organizada recorre a eles quando quer tratar de assuntos incluídos em projetos que serão submetidos à votação na Câmara. Sendo a Câmara dos deputados uma instituição em que a maioria dos ambientes é de livre acesso, os líderes são abordados tanto nos gabinetes das lideranças, quanto nos corredores.

Para Santos (2003, p. 92), “... os partidos políticos são mais relevantes no período recente porque sua existência traz vantagens para os parlamentares em suas negociações com o Executivo”. A coesão da bancada e a delegação que esta dá ao líder para definir a agenda de deliberações, bem como fazer uso de todo o poder que desfruta, visa a constituirlo em um interlocutor privilegiado e fortalecido do partido com o Poder executivo, tendo por objetivo conseguir para os liderados benefícios para suas bases eleitorais.



## CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Essa seção descreve as opções técnicas e metodológicas afim de construir um índice de elite parlamentar, tomando como referência a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas na sua 17ª Legislatura (2011 a 2014). O quadro 1 sumariza o desenho de pesquisa.

**Quadro 1. Desenho de Pesquisa**

<b>Questão de pesquisa</b>	Quem são as elites políticas, entre os parlamentares na Assembleia Legislativa de Alagoas?
<b>Objetivo Geral</b>	Criar um indicador capaz de mensurar o grau de elitismo dos deputados estaduais de Alagoas-BR.
<b>Objeto de Análise</b>	Deputados Estaduais Alagoanos
<b>Recorte temporal</b>	17ª Legislatura (2011-2014)

Fonte: elaboração do autor (2015).

Em termos mais práticos, o primeiro passo foi a sistematização de características que representassem um conceito clássico de elite política presente na literatura (MICHELS, 1954; MOSCA, 1954; PARETO, 1954), bem como análises críticas contemporâneas (PERISSINOTO, 2009; HOLANDA, 2011). A saber, uma elite política reuniria diferentes atributos e características, mas o essencial aqui não é unicamente fornecer uma afirmação se o agente político pertence ou não à elite política, o mais importante é estabelecer um critério metodológico capaz de mensurar e posicionar o parlamentar em um índice.

### *Índice de Elite Parlamentar*

Tecnicamente o índice é uma média aritmética dos indicadores padronizados em *Max-min Equalizados*  $\{x - \min(x) / \max(x) - \min(x)\}$ , ou seja, os valores devem variar entre 0 e 1, sendo 0 o menor grau de elite e 1 o grau mais elevado. É importante destacar que o zero não representa zero absoluto, na escala original pode ser qualquer valor diferente de zero. O quadro 1 descreve as cinco dimensões de composição do índice de elite parlamentar.

**Quadro 2. Índice de Elite Parlamentar**

Índice	Dimensão
Índice de Elite Parlamentar	Eleitoral
	Legislativa
	<i>Senioroty</i> eleitoral
	<i>Senioroty</i> cargos de Indicação
	Tradição Política

Fonte: elaboração do autor (2015).

**Dimensão Eleitoral.** Composta por cinco *rankings* eleitorais em ordem crescente, considerando apenas os eleitos: (a) votos obtidos; (b) recursos financeiros próprio; (c) doação comitê eleitoral; (d) doação pessoa física; (e) doação pessoa jurídica. O cálculo usado para compor o indicador eleitoral foi a média aritmética.

Cada um dos *rankings* construídos nessa dimensão considera o posicionamento dos deputados estaduais de 1 a 27 (que corresponde ao número de cadeiras da ALE), onde 1 é o menos votado ou que recebeu menos recursos e 27 é aquele que obteve maior quantidade de votos ou arrecadou mais recursos de campanha. Assim, o primeiro *ranking* se refere a votos obtidos nas Eleições 2010.

Tecnicamente, foi feita uma média com as posições ocupadas por cada parlamentar em todos os *rankings* analisados, ou seja, não consideramos os valores originais das variáveis, mas o valor da posição em cada *ranking*. Como esses *rankings* estão na mesma escala e variam no mesmo sentido, eles são somados para compor a mesma dimensão.

**Dimensão Legislativa.** Essa dimensão considera tanto a posição na mesa diretora da casa legislativa quanto o cargo que o parlamentar ocupa nas comissões internas. O quadro 2 sumariza essas informações.

**Quadro 3. Composição de *dimensão legislativo***

<b>Órgão</b>	<b>Posição</b>	<b>Valor</b>
Mesa Diretora	Presidente	11,0
	1º Secretário	10,0
	Vice-presidente	9,0
	2º Vice-presidente	8,0
	2º Secretário	7,0
	3º Vice-presidente	6,0
	3º Secretario	5,0
	4º Secretario	4,0
	1º Suplente	3,0
	2º Suplente	2,0
	Nenhum cargo	1,0
Comissões Internas	Presidente	6,0
	Relator	5,0
	Vice-Presidente	4,0
	Titular	3,0
	1º Suplente	2,0
	2º Suplente	1,0

Fonte: elaboração do autor (2015).

O cálculo dessa dimensão é obtido pelo somatório da média aritmética cargos na Mesa Diretora dos dois biênios e da média ponderada pelos cargos nas comissões internas durante a legislatura em vigência observada.

**Dimensão *Seniority Eleitoral*** – É composta pelos cargos eletivos do qual o parlamentar ocupou antes/durante da legislatura analisada. O quadro 4 descreve as variáveis e os valores correspondentes.

**Quadro 4. Composição da *dimensão seniority eleitoral***

<b>Índice</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor</b>
<i>Seniority Eleitoral</i>	Prefeito	4,0
	Deputado Federal	3,0
	Deputado Estadual	2,0
	Vereador	1,0

Fonte: elaboração do autor (2015).

O cálculo dessa dimensão é obtido pela média ponderada dos cargos eletivos anteriores.

**Dimensão *Seniority Cargos de Indicação***. Composta pelos cargos não eletivos que o parlamentar ocupou antes da legislatura analisada, ou seja, consideramos aqui principalmente cargos de secretários de estado, diretorias, superintendências e demais cargos correlatos. Os pesos atribuídos foram:

2,0 - cargos de primeiro escalão;

1,0 – cargos de segundo escalão.

O cálculo correspondente a essa dimensão é obtido através da média ponderada dos valores descritos, correlacionados a cada um dos parlamentares que compõem a 17ª Legislatura.

**Dimensão Tradição Política.** Leva em consideração se o parlamentar é de uma família tradicional, se a membros da família que ocupou cargo eletivos e se membros da família ocupou cargo não-eletivos. Para o que convencionamos como pertencente a “família tradicional na política do Estado”, o valor atribuído é binário: *sim* 1,0 e *não* 0,0. Para os cargos eletivos foram considerados os valores descritos no quadro 4.

**Quadro 5. Composição da *dimensão tradição política***

<b>Índice</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valor</b>
Tradição política	Senador	5,0
	Prefeito	4,0
	Deputado Federal	3,0
	Deputado Estadual	2,0
	Vereador	1,0

Fonte: elaboração do autor (2015).

Para os cargos não eletivos foram considerados os seguintes valores:

2,0 - cargos de primeiro escalão;

1,0 – cargos de segundo escalão.

O cálculo é obtido pelo somatório de “família tradicional” mais a média ponderada de cargos eletivos da família, mais a média ponderada de cargos não eletivo da família.

### ***Limitações metodológicas***

Esse trabalho apresenta assumidamente algumas limitações quanto às suas opções metodológicas. Primeiramente, a literatura sobre o tema não apresenta um modelo de sistematização do conceito de elite em termos práticos para agentes públicos eletivos. Em segundo lugar, os pesos/valores atribuídos aos cargos ocupados/conquistados pelos parlamentares analisados, foram atribuídos muito mais como opção lógica do que um resultado obtido através de alguma técnica estatística consolidada. Se por um lado isso representa uma limitação no modelo metodológico, por outro implica em um teste passivo de aperfeiçoamento futuro com uso de técnicas estatísticas mais adequadas.

Não menos importante, é preciso destacar que a composição da *dimensão eleitoral* agrega resultados monetários (receitas de campanha) e valores absolutos (votos). Essa estratégia metodológica avança tecnicamente na medida em que considera apenas os posicionamentos dos parlamentares em *rankings*, mas padece de uma técnica mais sofisticada para equacionar as duas variáveis.

## CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo será apresentado primeiramente os parlamentares eleitos e em seguida serão analisadas as dimensões que foram descritas na metodologia. A tabela 1 descreve a formação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas a partir das Eleições 2010.

**Tabela 1. Composição da Assembleia Legislativa - Eleições 2010 (ordem alfabética)**

<b>Nome do Parlamentar</b>	<b>Partido Político</b>	<b>Constituency</b>	<b>Votos</b>	<b>% de Votos</b>
Antonio Albuquerque	PT do B	Limoeiro de Anadia	43.304	3,09%
Dudu Holanda	PMN	Maceió	25.171	1,79%
Edval Gaia	PSDB	Palmeira dos Índios	26.889	1,92%
Fernando Toledo	PSDB	Cajueiro	27.059	1,93%
Flávia Cavalcante	PMDB	Matriz de Camaragibe	32.618	2,33%
Gilvan Barros	PSDB	Girau do Ponciano	34.137	2,43%
Inácio Loiola	PSDB	Piranhas	38.025	2,71%
Isnaldo Bulhões	PDT	Santana do Ipanema	44.213	3,15%
Jeferson Moraes	DEM	Maceió	38.043	2,71%
João Beltrão	PRTB	Coruripe	31.542	2,02%
João Henrique Caldas	PTN	Ibateguara	17.977	1,28%
João J. Pereira Filho	PSDB	Maceió	64.080	4,57%
Jota Cavalcante	PDT	Maceió	26.276	1,87%
Judson Cabral	PT	Maceió	25.229	1,80%
Luiz Dantas	PMDB	Batalha	25.365	1,81%
Marcelo Victor	PTB	Maceió	37.379	2,66%
Marcos Barbosa	PPS	Marechal Deodoro	24.915	1,78%
Marcos Madeira	PT	Maragogi	18.897	1,35%
Maurício Tavares	PTB	Teotônio Vilela	32.091	2,29%
Nelito G. de Barros	PSDB	União dos Palmares	28.081	2,00%
Olavo Calheiros	PMDB	Maceió	29.368	2,09%
Ricardo Nezinho	PT do B	Arapiraca	35.107	2,09%
Ronaldo Medeiros	PT	Maceió	18.896	1,42%
Sergio Toledo	PDT	Maceió	37.513	2,67%
Severino Pessoa	PPS	Arapiraca	16.206	1,16%
Temóteo Correia	DEM	Maceió	24.756	1,76%
Thaíse Guedes	PSC	Maceió	36.804	2,68%

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

Os resultados acima mostram que na composição da Assembleia Legislativa do Estado (ALE), que conta com 27 parlamentares, o PSDB foi o partido que teve o maior número de eleitos (seis), seguido do PMDB e PDT (três cada um). O mais votado entre os deputados foi, João J. Pereira Filho (PSDB), ele foi eleito com 64.080 votos, e quem obteve a menor votação foi Severino Pessoa (PPS).

A seguir, vamos analisar a primeira dimensão que constitui o Índice de Elitismo: *dimensão eleitoral*. Sistemáticamente, essa dimensão leva em consideração recursos financeiros de campanha, declaração de bens do parlamentar eleito e votos obtidos. A tabela 2 descreve a classificação dos parlamentares em cada um dos *rankings* que compõem a *dimensão eleitoral* e os *scores*.

**Tabela 2. Composição da Dimensão Eleitoral (*rankings* e *scores*)**

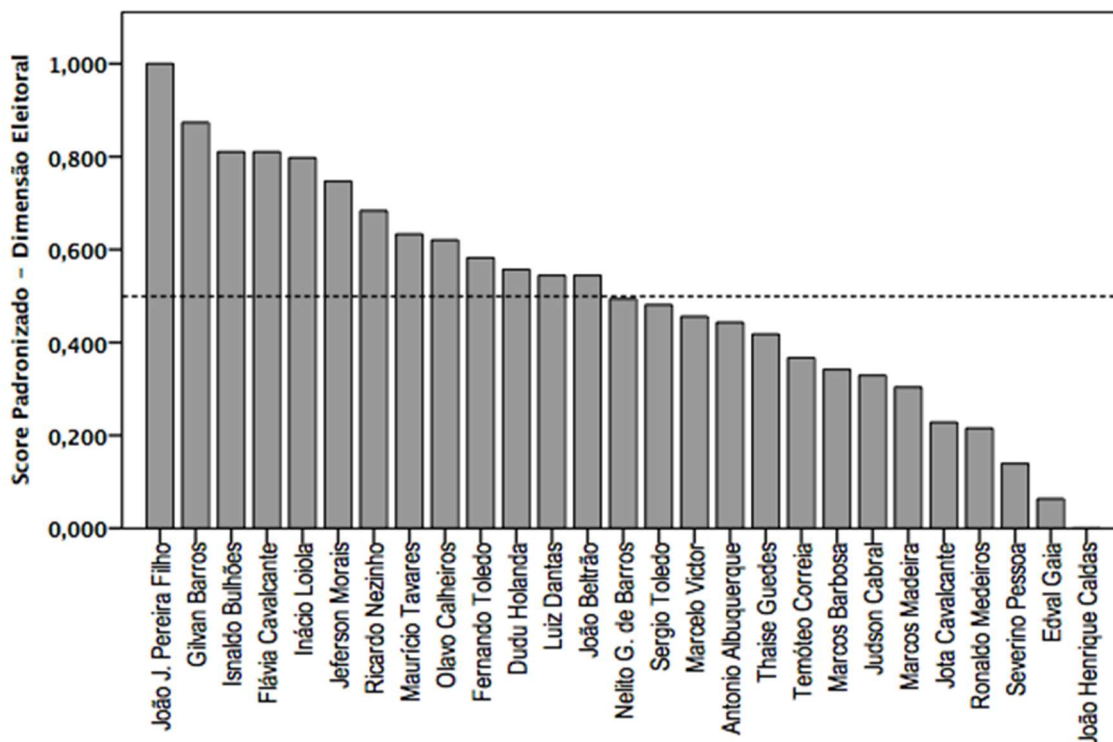
Nome do Parlamentar	Rankings					Score	Score Padronizado
	% de Votos	% de Recursos Próprios	% Doação Comitê Campanha	% Doação Pessoa Física	% Doação Pessoa Jurídica		
Fernando Toledo	12	18	11	11	24	15,2	0,582
Olavo Calheiros	14	16	23	3	23	15,8	0,620
Antonio Albuquerque	25	4	5	5	26	13,0	0,443
João Beltrão	17	12	8	23	13	14,6	0,544
Luiz Dantas	9	19	15	9	21	14,6	0,544
João J. Pereira Filho	27	27	4	26	25	21,8	1,000
Gilvan Barros	18	25	16	22	18	19,8	0,873
Inácio Loiola	24	8	27	17	17	18,6	0,797
Sergio Toledo	21	23	22	1	1	13,6	0,481
Marcos Barbosa	6	6	9	27	9	11,4	0,342
Temóteo Correia	5	17	19	8	10	11,8	0,367
Flávia Cavalcante	16	11	25	15	27	18,8	0,810
Maurício Tavares	15	7	21	25	12	16,0	0,633
Isnaldo Bulhões	26	10	26	21	11	18,8	0,810
Dudu Holanda	7	26	7	20	14	14,8	0,557
Marcelo Víctor	10	24	6	19	7	13,2	0,456
Ricardo Nezinho	19	22	24	14	5	16,8	0,684
Judson Cabral	8	3	18	7	20	11,2	0,329
Nelito G. de Barros	13	14	10	24	8	13,8	0,494
Jota Cavalcante	10	5	20	10	3	9,6	0,228
Jeferson Moraes	23	20	13	18	15	17,8	0,747
Marcos Madeira	3	15	14	16	6	10,8	0,304
Thaise Guedes	22	1	12	12	16	12,6	0,418
Edval Gaia	11	21	1	1	1	7,0	0,063
Ronaldo Medeiros	4	9	17	13	4	9,4	0,215
Severino Pessoa	1	13	1	4	22	8,2	0,139
João Henrique Caldas	2	2	1	6	19	6,0	0,000

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

Os valores do *score* padronizado variam de 0,0 a 1,0, ou seja, aquele parlamentar que soma o menor valor, recebe pontuação zero (0,00) e o que apresenta maior valor recebe a pontuação máxima (1,0). Quanto mais elevado o valor, tanto maior a posição do referido parlamentar nessa dimensão. Após a realização dos cálculos em cada um dos cinco rankings eleitorais: votos obtidos, recursos financeiros próprio, doação comitê

eleitoral, doação pessoa física, doação pessoa jurídica, o deputado João J. Pereira Filho (PSDB), foi quem obteve a maior média aritmética. O gráfico 1 ilustra de forma mais intuitiva os dados da tabela acima.

**Gráfico 1. Dimensão eleitoral (2010)**



Fonte: elaboração do autor (2015).

O gráfico apresenta os mesmos dados da tabela com a vantagem de expor a média do *score* (0,499) e a ordem decrescente em que os parlamentares aparecem nessa dimensão. Dos vinte e sete (27) parlamentares, treze (13) aparecem acima da média, na liderança, mais uma vez, se encontra o deputado João J. Pereira Filho (PSDB). Na sequência surge os nomes: Gilvan Barros, Isnaldo Bulhões, Flávia Cavalcante, Inácio Loiola, Jeferson Moraes, Ricardo Nezinho, Mauricio Tavares, Olavo Calheiros, Fernando Toledo, Dudu Holanda, Luiz Dantas e João Beltrão. A tabela 3 sumariza a composição da *dimensão legislativa* e os seus respectivos *scores*.



Tabela 3. Composição da *Dimensão Legislativa (valores e score)*

Nome do Parlamentar	Valores por ocupação de cargos						Score Padronizado
	Mesa Diretora 1º Biênio	Mesa Diretora 2º Biênio	Comissão 1	Comissão 2	Comissão 3	Comissão 4	
Fernando Toledo	11	11					1,000
Olavo Calheiros	1	1	4			1	0,024
Antônio Albuquerque	8	9	2				0,760
João Beltrão	1	1					0,000
Luiz Dantas	1	1	6	2	2		0,048
João J. Pereira Filho	1	1	4	4	3		0,052
Gilvan Barros	1	1	4	4		3	0,052
Inácio Loiola	1	1	2	3			0,024
Sergio Toledo	4	8	4	4	3	3	0,567
Marcos Barbosa	5	5	6	3			0,443
Temóteo Correia	3	1	4	3			0,133
Flávia Cavalcante	3	3	2	2		3	0,233
Maurício Tavares	10	10					0,900
Isnaldo Bulhões	1	1	4	4	1	2	0,052
Dudu Holanda	4	4	4				0,319
Marcelo Victor	7	7	6	6	3		0,671
Ricardo Nezinho	1	1	6	3			0,043
Judson Cabral	1	1	6	2	3		0,052
Nelito G. de Barros	1	1	3				0,014
Jota Cavalcante	6	6	6	6	3		0,571
Jeferson Moraes	1	1	3	1			0,019
Marcos Madeira	1	1	3		3	2	0,038
Thaise Guedes	1	1	2				0,010
Edval Gaia	1	1	2	3			0,024
Ronaldo Medeiros	1	1	6	4			0,048
Severino Pessoa	1	2	1	2			0,064
João Henrique Caldas	1	1	6	3		3	0,057

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

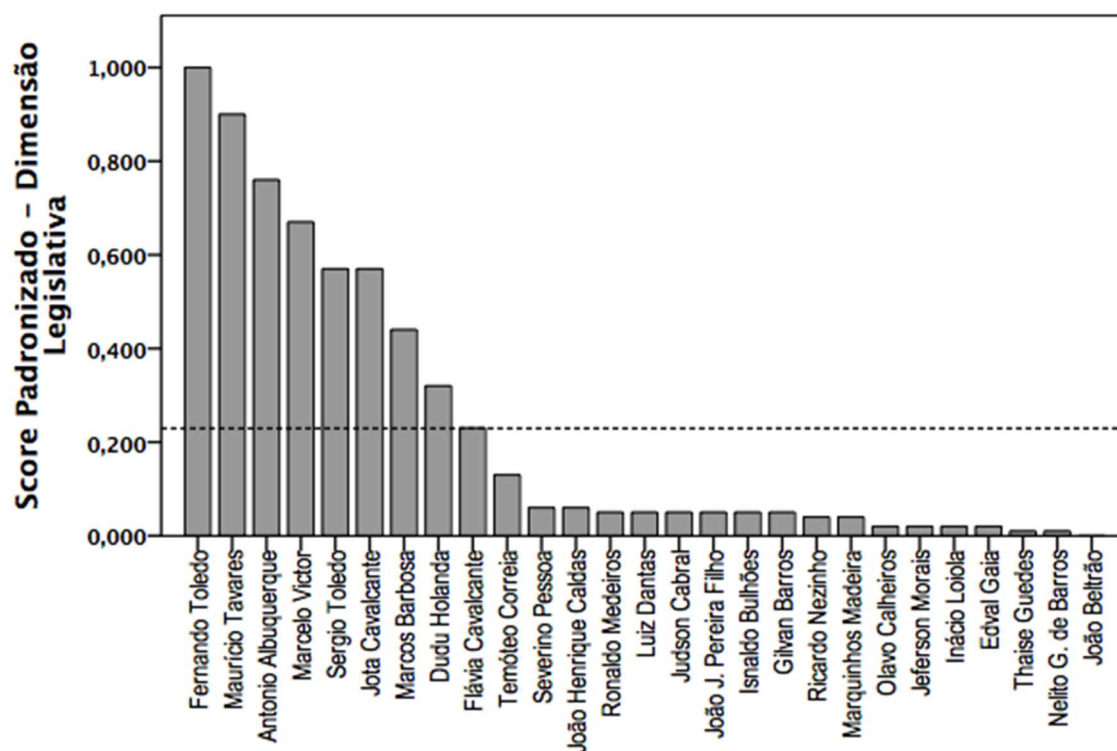
Essa dimensão considera tanto a posição da Mesa Diretora da Assembleia, quanto a participação nas comissões. O destaque nesta tabela é o deputado Fernando Toledo, que ocupou durante toda legislatura, o cargo de Presidente da Mesa Diretora, obtendo maior visibilidade, poderes e prestígio na Casa. Na Assembleia os parlamentares podem optar em trabalhar nas seguintes comissões: (1) Constituição, Justiça e Redação; (2) Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia, (3) Educação, Saúde, Cultura e Turismo; (4) Agricultura e Política Rural; (5) Transporte, Comunicação, Serviços e Obras Públicas, (6) Administração, Segurança, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do consumidor; (7) Fiscalização e Controle, (8) Direitos Humanos; (9) Legislação Participativa; (10) Meio Ambiente, (11) Ética; (12) Ciência e Tecnologia da Informação.

Na análise dos dados, foi verificado que os deputados estão presentes em no

máximo quatro comissões, ocupando diferentes posições, com maior e menor importância. Os parlamentares Luiz Dantas, Marcos Barbosa, Marcelo Victor, Ricardo Nezinho, Judson Cabral, Jota Cavalcante, Ronaldo Medeiros e João Henrique Caldas, ocuparam o cargo mais visado e importante da comissão, que é o de Presidente.

Já os parlamentares Olavo Calheiros, João J. Pereira Filho, Sergio Toledo, Gilvan Barros, Temóteo Correia, Isnaldo Bulhões e Dudu Holanda ocuparam o cargo de Vice-Presidente. Nos cargos de membro, 1º e 2º suplentes, estão os deputados: Antônio Albuquerque, Inácio Loiola, Flavia Cavalcante, Jeferson Moraes, Marcos Madeira, Thaise Guedes, Edval Gaia e Severino Pessoa. Os Parlamentares Fernando Toledo, João Beltrão e Mauricio Tavares não participaram de nenhuma comissão. O gráfico 2 ilustra melhor a dimensão legislativa.

**Gráfico 2. Dimensão Legislativa (2011-2014)**



Fonte: elaboração do autor (2015).

A média do *score* dessa dimensão é 0,229. Dos vinte e sete (27) parlamentares, oito (8) aparecem acima da média: Fernando Toledo, Mauricio Tavares, Antônio Albuquerque, Marcelo Victor, Sergio Toledo, Jota Cavalcante, Marcos Barbosa e Dudu Holanda. A tabela 4 resume os dados referentes à *Dimensão Seniority Eleitoral*.

**Tabela 4. Composição da *Dimensão Seniority Eleitoral* (valores e scores)**

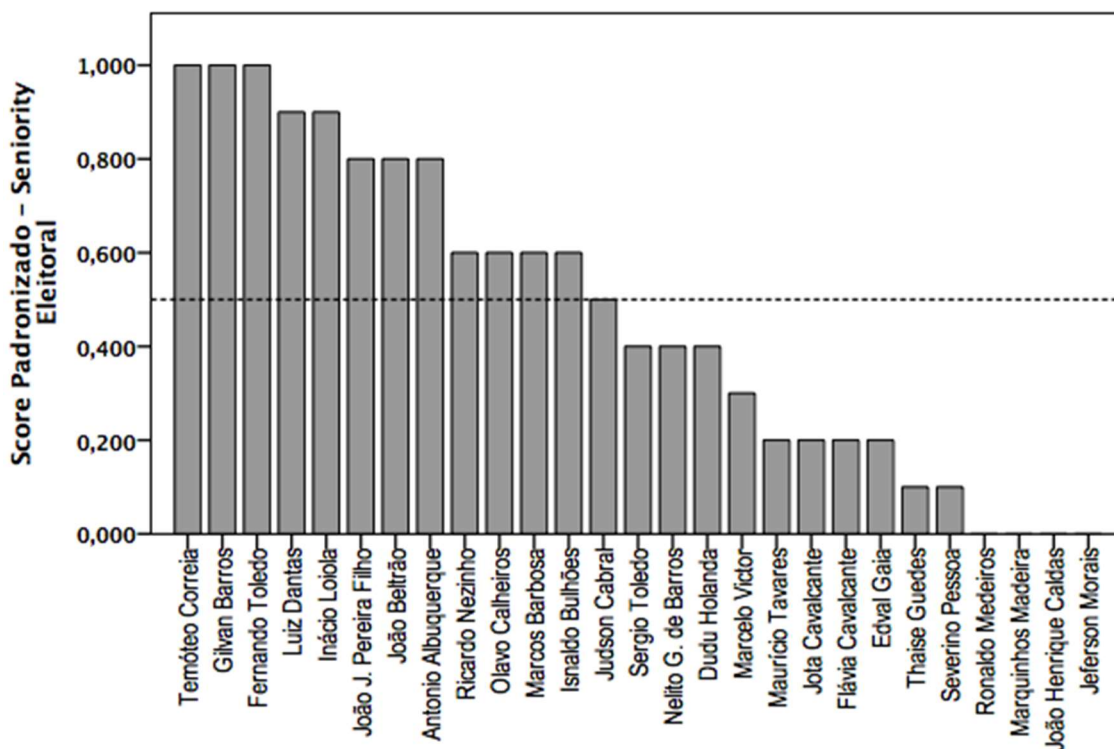
Nome do Parlamentar	Valores				Score Padronizado
	Cargo Eletivo 1	Cargo Eletivo 2	Cargo Eletivo 3	Cargo Eletivo 4	
Fernando Toledo	2	4	4		1,000
Olavo Calheiros	3	3			0,600
Antônio Albuquerque	2	2	2	2	0,800
João Beltrão	2	2	2	2	0,800
Luiz Dantas	3	3		3	0,900
João J. Pereira Filho	4	4			0,800
Gilvan Barros	2	2	2	2	1,000
Inácio Loiola	4	4		1	0,900
Sergio Toledo	2	2			0,400
Marcos Barbosa	2	2	1	1	0,600
Temóteo Correia	2	2	2	2	1,000
Flávia Cavalcante	2				0,200
Maurício Tavares	2				0,200
Isnaldo Bulhões	2	2	2		0,600
Dudu Holanda	1	1	1	1	0,400
Marcelo Victor	2	1			0,300
Ricardo Nezinho	2	1	1	1	0,600
Judson Cabral	2	1	1	1	0,500
Nelito G. de Barros	2	2			0,400
Jota Cavalcante	2				0,200
Jeferson Moraes					0,000
Marquinhos Madeira					0,000
Thaise Guedes	1				0,100
Edval Gaia	2				0,200
Ronaldo Medeiros					0,000
Severino Pessoa	1				0,100
João Henrique Caldas					0,000

Legenda: Prefeito=4,0; Dep. Federal=3,0; Dep. Estadual=2,0; Vereador= 1,0.

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

Essa dimensão diz respeito à quantidade de cargos eletivos ocupados pelos parlamentares analisados e que cargos foram esses. A racionalidade para a pontuação é a da oferta de cadeiras na disputa eleitoral, ou seja, vencer uma eleição para prefeito demanda, no geral, mais recursos, logo esse cargo recebeu a maior pontuação. O gráfico 3 descreve essa dimensão de forma mais intuitiva.

**Gráfico 3. Composição da *Dimensão Seniority Eleitoral***



Fonte: elaboração do autor (2015).

No gráfico acima visualizamos que os Três (03) primeiros parlamentares se encontram com a mesma pontuação. São eles: Temóteo Correia, Gilvan Barros e Fernando Toledo. No outro extremo, sem apresentar valores, estão os deputados Jeferson Morais, João Henrique Caldas, Marquinhos Madeira e Ronaldo Medeiros. Esses últimos parlamentares estão ocupando pela primeira vez, um mandato eletivo, diferente dos três primeiros colocados no gráfico (Temóteo Correia, Gilvan Barros e Fernando Toledo) que já exerceram quatro mandatos políticos.

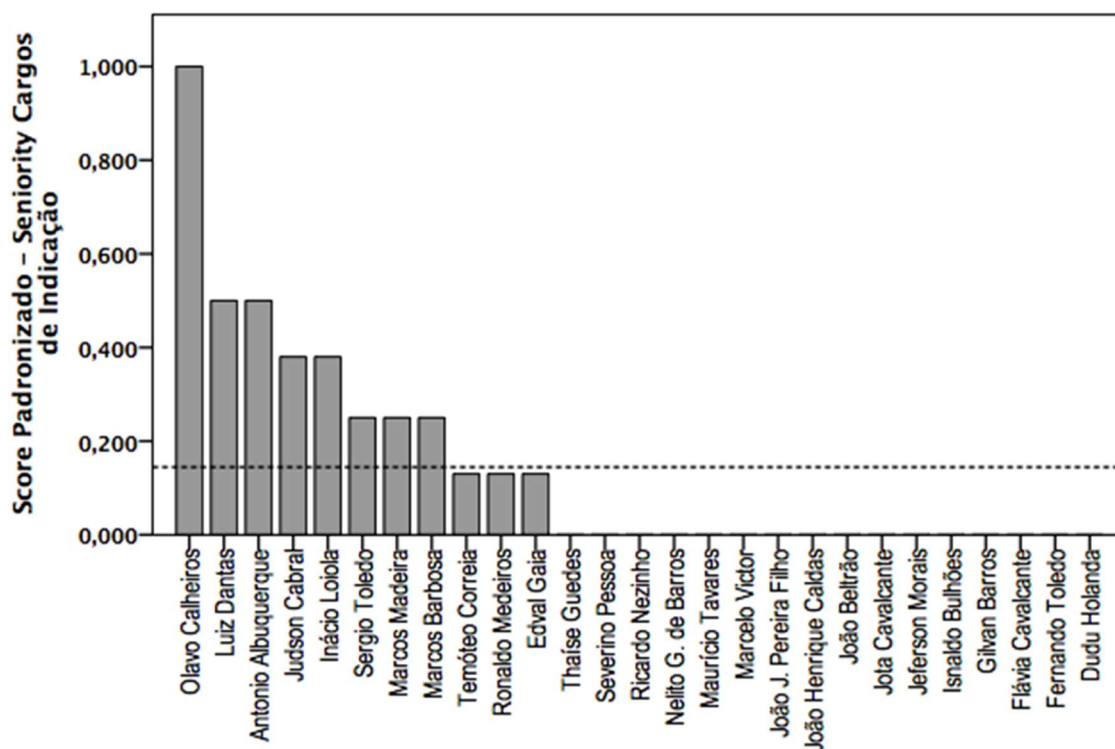
**Tabela 5. Composição da Dimensão Seniority Cargos de Indicação (valores e scores)**

Nome do Parlamentar	Valores				Score Padronizado
	Cargo Indicado	Cargo Indicado	Cargo Indicado	Cargo Indicado	
	1	2	3	4	
Fernando Toledo					0,000
Olavo Calheiros	2	2	2	2	1,000
Antônio Albuquerque	2	2			0,500
João Beltrão					0,000
Luiz Dantas	2	2			0,500
João J. Pereira Filho					0,000
Gilvan Barros					0,000
Inácio Loiola	2	1			0,375
Sergio Toledo	2				0,250
Marcos Barbosa	1	1			0,250
Temóteo Correia	1				0,125
Flávia Cavalcante					0,000
Maurício Tavares					0,000
Isnaldo Bulhões					0,000
Dudu Holanda					0,000
Marcelo Victor					0,000
Ricardo Nezinho					0,000
Judson Cabral	2	1			0,375
Nelito G. de Barros					0,000
Jota Cavalcante					0,000
Jeferson Moraes					0,000
Marquinhos Madeira	2				0,250
Thaíse Guedes					0,000
Edval Gaia	1				0,125
Ronaldo Medeiros	1				0,125
Severino Pessoa					0,000
João Henrique Caldas					0,000

Legenda: Secretário=3,0; Superintendente=2,0; Outros= 1,0.

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

A tabela acima apresenta os cargos não eletivos que o parlamentar ocupou antes da legislatura estudada. Nessa dimensão o deputado Olavo Calheiros foi quem atingiu a maior classificação, sendo por quatro mandatos, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste em Alagoas. O Gráfico 4 ilustra melhor a dimensão seniority cargos de indicação.

Gráfico 4. Composição da *Dimensão Seniority Cargos de Indicação*

Fonte: elaboração do autor (2015).

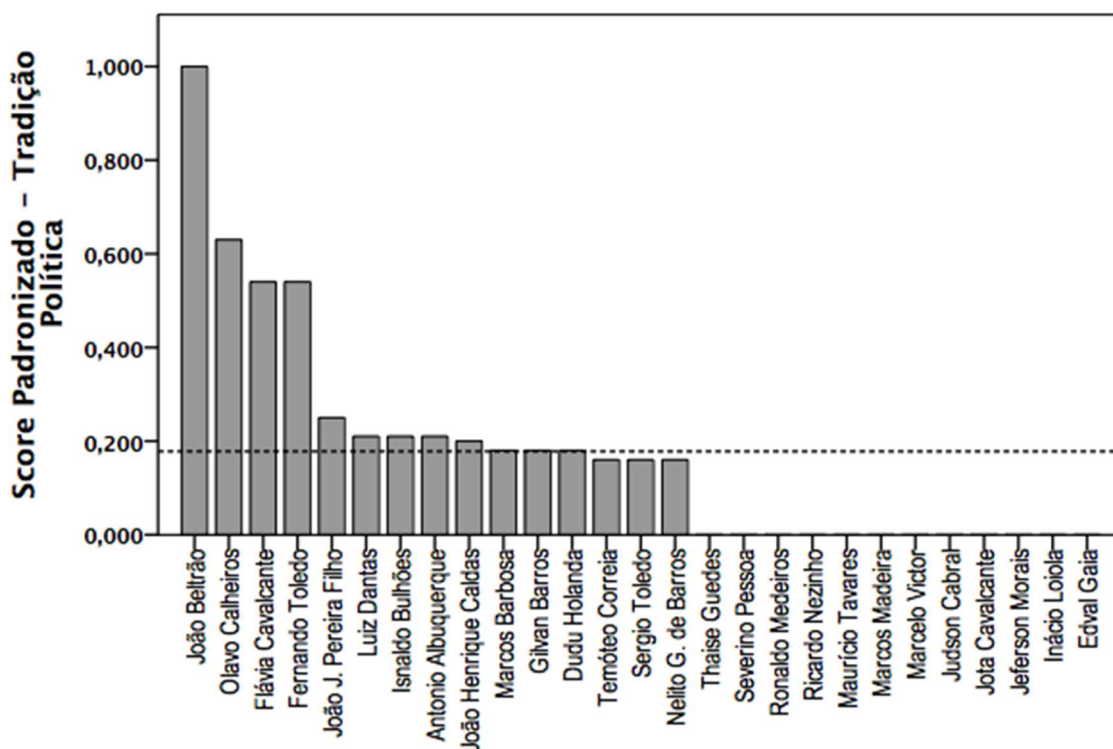
Neste gráfico podemos visualizar que foram poucos parlamentares que ocuparam cargos de indicação. São eles: O deputado Olavo Calheiros, em primeiro lugar, Luiz Dantas, Antônio Albuquerque, Judson Cabral, Inácio Loliola, Sergio Toledo Marcos Madeira, Marcos Barbosa, Temóteo Correia, Ronaldo Medeiros, e Edval Gaia. Os demais políticos, antes desta legislatura estudada, não ocuparam cargos eletivos.

**Tabela 6. Composição da Dimensão Tradição Política**

<b>Nome do Parlamentar</b>	<b>Score – Família ocupou cargos de indicação</b>	<b>Score – Família ocupou cargos políticos eletivos</b>	<b>Score Padronizado</b>
Fernando Toledo	0,267	2,000	0,538
Olavo Calheiros	0,800	2,000	0,626
Antonio Albuquerque	0,267	0,000	0,209
João Beltrão	1,067	4,000	1,000
Luiz Dantas	0,267	0,000	0,209
João J. Pereira Filho	0,533	0,000	0,253
Gilvan Barros	0,067	0,000	0,176
Inácio Loiola	0,000	0,000	0,000
Sergio Toledo	0,000	0,000	0,165
Marcos Barbosa	0,067	0,000	0,176
Temóteo Correia	0,000	0,000	0,165
Flávia Cavalcante	0,267	2,000	0,538
Maurício Tavares	0,000	0,000	0,000
Isnaldo Bulhões	0,267	0,000	0,209
Dudu Holanda	0,067	0,000	0,176
Marcelo Victor	0,000	0,000	0,000
Ricardo Nezinho	0,000	0,000	0,000
Judson Cabral	0,000	0,000	0,000
Nelito G. de Barros	0,000	0,000	0,165
Jota Cavalcante	0,000	0,000	0,000
Jeferson Moraes	0,000	0,000	0,000
Marquinhos Madeira	0,000	0,000	0,000
Thaíse Guedes	0,000	0,000	0,000
Edval Gaia	0,000	0,000	0,000
Ronaldo Medeiros	0,000	0,000	0,000
Severino Pessoa	0,000	0,000	0,000
João Henrique Caldas	0,200	0,000	0,198

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE (2015)

A tabela acima mostra se a família do parlamentar ocupou cargos políticos eletivos ou cargos não eletivos. O resultado indica se o parlamentar pertence há uma família com tradição na política Alagoana ou não. O gráfico 5 ilustra detalhadamente a classificação de cada um dos deputados.

Gráfico 5. Composição da *Dimensão Tradição Política*

Fonte: elaboração do autor (2015).

No gráfico acima, percebemos que o deputado João Beltrão se diferencia dos demais parlamentares, com uma larga vantagem sobre o restante. Além de João Beltrão pertencer há uma família com tradição na política, vários integrantes da família do referido político ocupam cargos eletivos no Estado de Alagoas. Na sequência, e acima da média, aparece os deputados: Olavo Calheiros, Flávia Cavalcante, Fernando Toledo, João J. Pereira Filho, Luiz Dantas, Isnaldo Bulhões, Antônio Albuquerque e João Henrique Caldas.



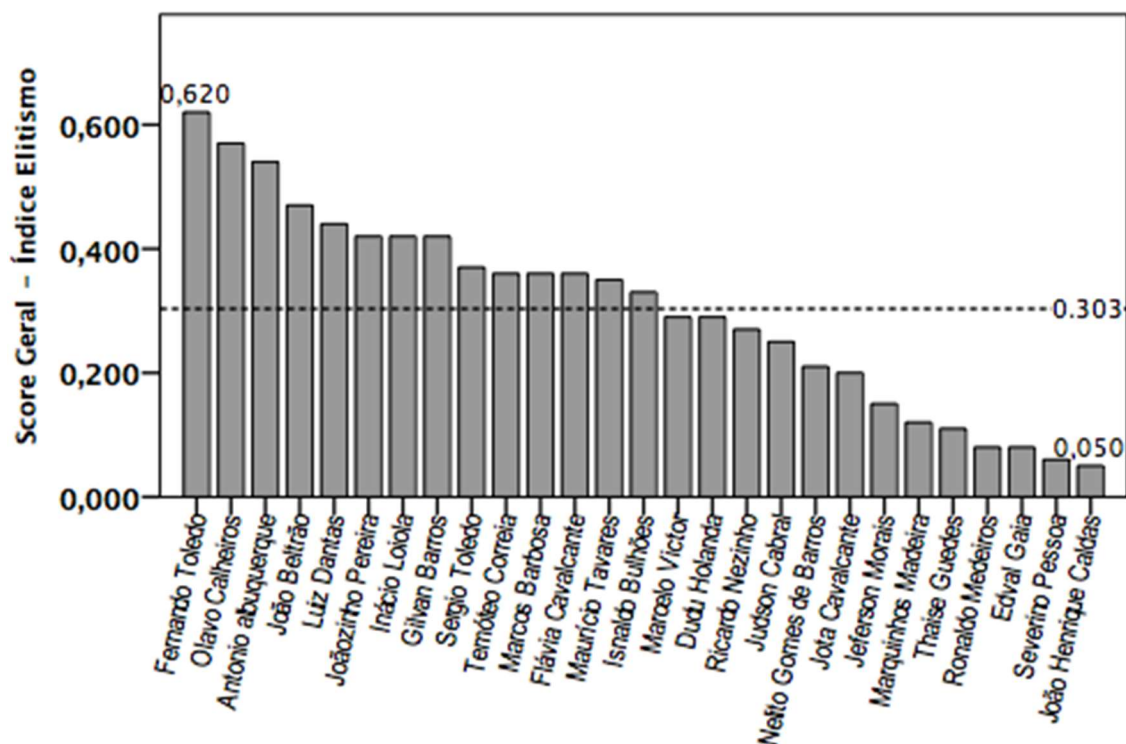
**Tabela 7. Scores Padronizados das Dimensões do Índice de Elitismo**

Nome do Parlamentar	Scores padronizados das Dimensões					Índice de Elitismo
	Eleitoral	Legislativa	Seniority Eleitoral	Seniority Cargos de Indicação	Tradição Política	
Fernando Toledo	0,582	1,000	1,000	0,000	0,538	<b>0,624</b>
Olavo Calheiros	0,620	0,024	0,600	1,000	0,626	<b>0,574</b>
Antônio Albuquerque	0,443	0,760	0,800	0,500	0,209	<b>0,542</b>
João Beltrão	0,544	0,000	0,800	0,000	1,000	<b>0,469</b>
Luiz Dantas	0,544	0,048	0,900	0,500	0,209	<b>0,440</b>
João J. Pereira Filho	1,000	0,052	0,800	0,000	0,253	<b>0,421</b>
Inácio Loiola	0,873	0,052	1,000	0,000	0,176	<b>0,420</b>
Gilvan Barros	0,797	0,024	0,900	0,375	0,000	<b>0,419</b>
Sergio Toledo	0,481	0,567	0,400	0,250	0,165	<b>0,373</b>
Temóteo Correia	0,342	0,443	0,600	0,250	0,176	<b>0,362</b>
Marcos Barbosa	0,367	0,133	1,000	0,125	0,165	<b>0,358</b>
Flávia Cavalcante	0,810	0,233	0,200	0,000	0,538	<b>0,356</b>
Maurício Tavares	0,633	0,900	0,200	0,000	0,000	<b>0,347</b>
Isnaldo Bulhões	0,810	0,052	0,600	0,000	0,209	<b>0,334</b>
Marcelo Victor	0,557	0,319	0,400	0,000	0,176	<b>0,290</b>
Dudu Holanda	0,456	0,671	0,300	0,000	0,000	<b>0,285</b>
Ricardo Nezinho	0,684	0,043	0,600	0,000	0,000	<b>0,265</b>
Judson Cabral	0,329	0,052	0,500	0,375	0,000	<b>0,251</b>
Nelito G. de Barros	0,494	0,014	0,400	0,000	0,165	<b>0,215</b>
Jota Cavalcante	0,228	0,571	0,200	0,000	0,000	<b>0,200</b>
Jeferson Moraes	0,747	0,019	0,000	0,000	0,000	<b>0,153</b>
Marquinhos Madeira	0,304	0,038	0,000	0,250	0,000	<b>0,118</b>
Thaíse Guedes	0,418	0,010	0,100	0,000	0,000	<b>0,105</b>
Ronaldo Medeiros	0,063	0,024	0,200	0,125	0,000	<b>0,082</b>
Edval Gaia	0,215	0,048	0,000	0,125	0,000	<b>0,078</b>
Severino Pessoa	0,139	0,064	0,100	0,000	0,000	<b>0,061</b>
João Henrique Caldas	0,000	0,057	0,000	0,000	0,198	<b>0,051</b>

Fonte: elaboração do autor (2015).

Por fim, a tabela 7, apresenta a classificação dos parlamentares com o resultado das médias analisadas em cada dimensão, utilizadas para criação do Índice de Elitismo.

Gráfico 6. *Índice de Elitismo* na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (2011-2014)



Fonte: elaboração do autor (2015).

O gráfico 6 apresenta os mesmos dados da tabela com a vantagem de expor a média do *score* (0,303) e a classificação em ordem decrescente que os parlamentares aparecem no Índice de Elitismo da Assembleia Legislativa de Alagoas (2011-2014). O parlamentar que aparece em primeiro lugar no *ranking* é o deputado Fernando Toledo. Na média geral estão os deputados: Olavo Calheiros, Antônio Albuquerque, João Beltrão, Luiz Dantas, Joaozinho Pereira, Inácio Loiola, Gilvan Barros, Sergio Toledo, Temóteo Correia, Marcos Barbosa, Flávia Cavalcante, Mauricio Tavares e Isnaldo Bulhões. Todos os outros parlamentares estão abaixo da média e em último lugar encontra-se o deputado João Henrique Caldas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos da *teoria das elites* se tornam predominantes na teoria política contemporânea, assumidos por pensadores importantes, que tomam esses pressupostos elitistas para a elaboração de seus modelos de análise do sistema democrático, constituindo um importante tema de pesquisa em Ciência Política. Notoriamente o estudo está centrado nas Elites Políticas Estaduais, que inicialmente tornam-se representantes do povo, e acabam conseguindo a reeleição por vários mandatos, exercendo influência nas decisões do governo, e em consequência, na vida da sociedade. Por isso, o objetivo dessa pesquisa foi tentar criar um Índice de elite parlamentar, através de uma revisão de literatura sobre o tema, combinado com a análise de dados de cinco indicadores, que identifica-se quem são as Elites Políticas, entre os parlamentares na Assembleia Legislativa de Alagoas na 17ª legislatura (2011-2014).

Os resultados indicaram que os deputados que ocuparam as primeiras colocações no índice parlamentar, são na maioria os que já tiveram outros mandatos eletivos, os que possuem parentes na política, e os que participam da Mesa Diretora ou ocupam cargos de presidente em alguma das comissões. Esse achado corrobora o estudo de Messenberg (2002), onde afirma que a elite parlamentar é composta por aqueles que se destacam dos demais membros em função das posições que ocupam, dos interesses que representam ou da reputação alcançada. Possuindo uma força política que pode ser atribuída às suas respectivas histórias (pessoal e/ou familiar), às características do partido, às realidades locais de suas bases eleitorais, às suas qualidades pessoais e aos espaços institucionais que ocupa na casa.

A partir da análise de dados dos cinco indicadores chegamos ao seguinte resultado: (1) Fernando Toledo; (2) Olavo Calheiros; (3) Antônio Albuquerque; (4) João Beltrão; (5) Luiz Dantas; (6) João J. Pereira Filho; (7) Inácio Loiola; (8) Gilvan Barros; (9) Sergio Toledo; (10) Temóteo Correia; (11) Marcos Barbosa; (12) Flávia Cavalcante; (13) Mauricio Tavares; (14) Isnaldo Bulhões; (15) Marcelo Victor; (16) Dudu Holanda; (17) Ricardo Nezinho; (18) Judson Cabral; (19) Nelito Gomes de Barros; (20) Jota Cavalcante; (21) Jeferson Moraes; (22) Marquinhos Madeira; (23) Thaise Guedes; (24) Ronaldo Medeiros; (25) Edval Gaia; (26) Severino Pessoa; (27) Joao Henrique Caldas.

Portanto, as elites políticas, entre os parlamentares na Assembleia Legislativa de Alagoas na 17ª Legislatura foram: Em primeiro Lugar o Deputado Fernando Toledo, em segundo o deputado Olavo Calheiros, e no terceiro lugar o deputado Antônio Albuquerque.

O principal poder formal da Assembleia Legislativa, está concentrado na Mesa Diretora, que comanda os trabalhos legislativos e os serviços administrativos. Os cargos ocupados na Casa são preenchidos conforme o poder de influência de alguns, que advém de fatores externos a Assembleia, mas se formalizam nas regras internas, essa divisão de cargos institucionais entre os parlamentares pressupõe, no entanto, uma hierarquia.

Esperamos que este trabalho tenha contribuído com os estudos nessa área e se não o fez, ao menos, possibilite ampliar ainda mais a discussão sobre perfil dos parlamentares alagoanos. Além disso, o estudo pode servir de base para desenvolver outros trabalhos, imprimindo um caráter científico na análise de dados sobre a política em Alagoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *A política*. Bauru, SP: EDIPRO, 1935.311p.

ARKO ADVICE. Análise Política – Políticas Públicas: *Os Parlamentares mais Influentes do Congresso Nacional, 2007 – 2011*. 5ª Edição, jul 2007.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. BOBBIO, Norberto et al. Editora Universidade de Brasília, 13ª Ed. 2007. 2v.

CINTRA, Antônio Octávio; LACOMBE, Marcelo Barroso. A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política. In: *Sistema Político brasileiro: uma introdução*. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (org.). 2ª ed. – Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. 496p. .

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites Políticas Regionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26, n. 77. 2011.

FIGUEIREDO, Angelina; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: Soares, Gláucio Ary Dillon; Rennó, Lucio R. (orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*, p. 249 – 280. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 360p.

HOLLANDA, Cristina Buarque. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LASSWELL, Harold Dwight. *Poder e Sociedade*. KAPLAN, Abraham; LASSWELL, Harold. (org). Editora Universidade de Brasília, 1979. 328p.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

MICHELS, Robert. A Lei de Ferro da Oligarquia. In SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otavio Guilherme velho. Rio de Janeiro. Zahar, 1975. 421p.

MOSCA, Gaetano. “*A Classe Dirigente*”. In SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008, 900p.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

Perissinotto, Renato. *As elites políticas: Questões de teoria e método*. Curitiba: IbpeX, 2009.

PARETO, Vilfredo. “*As Elites e o uso da Força na Sociedade*”. In SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.

PINTO, Júlio Roberto de Souza. *Institutos e processos do legislativo brasileiro: uma análise comparada e histórica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 222p.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. *A Política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 110p.

SANTOS, Fabiano. *Agenda Oculta da Reforma Política*. Plenarium, ano IV, n. 4, p. 60 – 69. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 271 p.

SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 256p.

#### **Outras fontes de pesquisa.**

<http://www.tse.jus.br/>

<http://www.tre-al.jus.br/>

<http://www.assembleia.al.gov.br/>

<http://dados.gov.br/dataset/perfil-dos-candidatos-em-cada-eleicao/resource/9aa4a83a-826d-4f27-a641-bf99034c52a9>

<http://www.congressonacional.leg.br/portal/>

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www.senado.gov.br/>